

Um território de memórias negras: conexões possíveis e histórias viáveis

A Territory of Black Memory: Possible Connections, Viable Histories

Merylin Ricieli dos Santos*

RESUMO

Pensando o ensino de História como um campo promissor na luta antirracista e na desconstrução de um racismo historiográfico que é edificante em grande parte das narrativas hegemônicas difundidas na cidade de Ponta Grossa, município que abriga o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, instituição patrimonializada em 2001 e objeto desta pesquisa, esse texto tem como objetivo geral apresentar como um patrimônio difícil pode ser visto sob diferentes prismas. No que consiste aos objetivos específicos, almeja-se trazer discussões conceituais apontando como o ensino de História, pensado a princípio, no âmbito das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 pode contribuir para a construção de outras narrativas, para além de histórias eurocentradas. Busca-se, ainda, abordar como se deu o processo de tombamento do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio e reconhecer as especificidades dos conceitos que o definem.

Palavras-chave: território negro; patrimônio negro; memória.

ABSTRACT

Thinking the teaching of History as a promising field in the anti-racist struggle and in the deconstruction of a historiographical racism that is edifying in most of the hegemonic narratives disseminated in the city of Ponta Grossa, a municipality that houses the 13 de Maio Literary and Recreational Club, object of this research, patrimonialized in 2001. This text has as general objective to present how a sensitive territory can be seen in different prisms. With regard to the specific objectives, the aim is to bring conceptual discussions pointing out how the teaching of History, thought at first, within the scope of law 10.639/2003 and 11.645/2008 can contribute to the construction of other narratives, in addition to Eurocentric stories. It also seeks to address how the process of listing the Literary and Recreational Club 13 de Maio took place and to recognize the specificities of the concepts that define them.

Keywords: black territory; heritage; memory.

*Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil. merylinricisantos@gmail.com

As lutas políticas em que sujeitos pretos e pardos são protagonistas não são aspectos isolados ou de repercussão internacional que eclodiram somente no tempo presente, mas remontam respostas dos sujeitos negros frente à infirmitude de negligências política do Estado, que até então mostrou-se praticamente omissa em relação ao genocídio dos povos negros.¹ Diante disso, não há como falar em patrimonialização sem fazer referência aos acontecimentos de derrubada de estátuas que tiveram destaque após maio de 2020, depois da morte do norte-americano George Floyd.

O exercício reflexivo de tentar conectar um evento global a acontecimentos locais não é deslocado quando se considera que a diáspora negra, em virtude do processo escravista, fez com que a maior concentração de negros fora da África e em solo americano se desse no Brasil, o que pode ser associado não apenas ao fato de ter sido a última nação a abolir a escravidão, mas devido ao volume de corpos e mão-de-obra negra que nele aportaram.

O tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888. (ALENCASTRO, 2018, p. 56)

Tal excerto deixa inteligível um dos motivos substanciais que caracteriza a desigualdade social brasileira como uma das maiores do mundo, atingindo principalmente indivíduos pretos e pardos que desde 1530 – data geralmente considerada como início do tráfico negreiro no Brasil – estão na base da pirâmide econômica do país. Tal realidade é constituída por uma dominação histórica que teve o poder de afetar o desenvolvimento de gerações e comprometer direitos básicos desses sujeitos, desde o acesso à educação até o direito à memória.

Longe de pensá-la em uma perspectiva estritamente identitária, as discussões que norteiam tais escritos voltam-se para a memória como um elemento político e responsável pela manutenção de narrativas históricas predominantes,

que durante séculos se fizeram valer de imagens, símbolos, signos e discursos previamente arranjados a fim de justificar ações injustificáveis. Nessa esteira,

a emergência da memória como problema histórico deu-se a partir da segunda metade da década de 1970. A partir de então, questões como memória coletiva, consciência histórica, disputas pelas memórias, dever de memória etc. surgiram como seus desdobramentos. (BERETA DA SILVA, 2016, p. 121)

Reconhecendo as especificidades tanto da memória, quanto da história, compreende-se como ambas impactam nos desdobramentos do ensino de História, o qual

não pode ser considerado como a ação socialmente estabelecida cujo objetivo é formar a consciência histórica, e muito menos conscientizar historicamente pode ser um objetivo do ensino de História. O ensino de História é a tentativa das gerações mais velhas de intervenção na consciência histórica em formação. (CERRI, 2011, p. 62)

Com base nessa problematização, faz-se necessário entender como as categorias *memória* e *história* se entrecruzam, como dialogam e como são percebidas em diferentes temporalidades. Reflexões no tocante ao campo da consciência histórica, “entendida como uma das expressões da existência humana, que não é necessariamente mediada por uma preparação teórica, por uma filosofia ou uma teoria da História complexamente elaboradas” (CERRI, 2001, p. 96).

Em um diálogo entre *os usos do passado e o ensino da História*, a Pesquisadora Cristiane Bereta (2016) busca refletir sobre o ensino da História no presente, trazendo análises que contribuem para o debate sobre História, ensino e formação de professores. Tratando também dos desafios “de se ensinar História em tempos de disputas pela memória e de deslizamentos das noções temporais” (BERETA DA SILVA, 2016, p. 122). Com base em suas reflexões e a partir de alguns exemplos práticos foi possível realizar conexões entre as categorias já mencionadas, fundamentais na construção desse artigo. Partindo da relação entre memória, História e consciência histórica, entende-se que esta última se constitui através de percepções temporais historicamente situadas.

Consciência histórica, assim, seria uma forma específica de memória histórica e cognitivamente poderia ser descrita como uma forma de significar a experiência do tempo a partir da interpretação do passado, de modo a possibilitar a compreensão do presente e projetar o futuro. (BERETA DA SILVA, 2016, p. 125)

Marcada pela atribuição de sentido e percepções temporais, e baseada nas perspectivas teóricas de Ágnes Heller e Jörn Rüsen, de acordo com Luís Fernando Cerri, “a consciência histórica não é meta, mas uma das condições da existência do pensamento: não está restrita a um período da História, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral” (CERRI, 2001, p. 99). Seria então considerada como parte constituinte de todos os indivíduos. Ela os torna reflexivos de si e dos outros, e é construída socialmente e cotidianamente, a partir de acontecimentos e eventos que os orientam, os advertem, e os (trans)formam.

Para o especialista em Ensino de História, “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens” (CERRI, 2001, p. 100). É uma realidade comum a todos os indivíduos, socialmente partilhada e experimentada de acordo com subjetividades e vivências de cada sujeito e/ou grupo.

No que diz respeito à inter-relação entre consciência histórica e construções de identidades, pode-se dizer que estão intimamente ligadas no que se refere à identidade como uma realidade socialmente construída e a consciência histórica como uma realidade socialmente percebida a partir de vivências temporalmente situadas. A partir dessa reflexão, entende-se que

produzir a identidade coletiva, e dentro dela uma consciência histórica específica e com ela sintonizada, é um dado essencial a qualquer grupo humano que pretende sua continuidade. Decorre disso que, considerando essa necessidade como universal, as formas de produzir essa liga sejam diferentes e adaptadas às condições do grupo que tenhamos em tela. (CERRI, 2001, p. 102)

O fato de estabelecer diálogos entre consciência histórica, memória e identidade é válido para propor reflexões diante do objeto de estudo desse texto, pois busca-se, talvez, responder à seguinte questão: como um patrimônio

difícil é importante para pensar sobre a consciência histórica de moradores de uma cidade que cultiva narrativas eurocentradas?

Tal questionamento consiste no ponto de partida das discussões seguintes entendendo que

para a dinâmica pedagógica a História local é terreno propício para que estudantes signifiquem os processos históricos, lidem com as temporalidades e percebam a construção das narrativas. É imperativo que o ensino de História esteja alinhado à vivência e a experiência dos sujeitos. (VARGAS, 2016, p. 77)

PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO NEGRO

A complexa definição acerca dos clubes negros volta-se sobretudo para um viés identitário e de (re)existência. De cunho contestatório e com diferentes perfis e objetivos, essas instituições foram uma realidade comum principalmente no pós-abolição e tiveram abrangência nacional, visto que “a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não resolveu todas essas necessidades. No entanto, abriu aos negros a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas do regime de cativo, com mais margens de liberdade” (DOMINGUES, 2018, p. 113).

Sobre as especificidades desses espaços de sociabilidade, reivindicações, busca por cidadania, apoio mútuo e letramento, pautados no associativismo negro, Petrônio Domingues explana que

as associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade e, assim, superarem problemas comuns que enfrentavam. (DOMINGUES, 2018, p. 120)

Em consonância com as características apresentadas pelo autor, o clube negro compreendido nesse trabalho como um patrimônio difícil será problematizado por meio das definições de território e patrimônio negro, entendido

também na ótica de um lugar de memória que se constituiu enquanto um campo de reflexões e aprendizado sobre a presença negra no município de Ponta Grossa.

A definição de território negro dialoga com o entendimento sobre clubes negros, mas não se restringe a estes, uma vez que pode haver um território negro sem necessariamente se tratar de um clube negro. Antes de apresentar tal conceito, pode-se situar que esses lugares se configuram através de organizações, atividades e socializações predominantemente negras, não exclusiva, mas majoritária. Além do marcador racial bem fixado, tais organizações contam com uma noção de pertencimento perceptível, o que contempla laços identitários entre os indivíduos que o frequentam e o próprio espaço em si.

E a fim de destacar a definição conceitual de territórios negros, pode-se recorrer de início ao próprio conceito de território, que na percepção de Muniz Sodré (2002) ao tratar da dimensão territorial ou na lógica do lugar de uma cultura como base em sua estrutura dinâmica global, pontua que

o território e suas articulações socioculturais aparecem como uma categoria com dinâmica própria e irredutível às representações que a convertem em puro receptáculo de formas e significações. Essa dimensão incita à produção de um pensamento que busque discernir os movimentos de circulação e contato entre grupos e em que o espaço surja não como um dado autônomo, estritamente determinante, mas como um vetor com efeitos próprios, capaz de afetar as condições para a eficácia de algumas ações humanas. (SODRÉ, 2002, p. 16)

Voltado para sistematizações inseridas em um modo de significação consciente e simbólico, territórios são meios de (inter)ação entre o lugar e sujeitos que os integram, o percebem e se percebem a partir destes, em um processo de (re)conhecimento (com)partilhado, que envolve pertencimento e vivências comuns.

Em linhas gerais, “território é, assim, o lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real” (SODRÉ, 2002, p. 23). Neste caso, o clube negro aqui elencado, será problematizado como um *território da casa*, ou privado, sendo entendido ainda enquanto um patrimônio, com base na máxima de que “qual-

quer patrimônio, pode mesmo ser concebido como um território” (SODRÉ, 2002, p. 52).

Ao desenvolver discussões sobre *terreiro* e explanar que por meio dele transferia-se para o Brasil grande parte do patrimônio cultural negro africano, Muniz Sodré explica que

a palavra patrimônio encontra aqui um lugar próprio. Ela tem em sua etimologia o significado herança: é um bem ou conjunto de bens que se recebe do pai (*pater, patri*). Mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo. (SODRÉ, 2002, p. 52)

Uma memória edificada através de heranças materiais ou imateriais e ressignificadas de acordo com o tempo histórico em que é revisitada e/ou patrimonializada.

Assim, o legado que remonta à memória coletiva de sujeitos pretos e pardos ponta-grossenses pauta-se em um território negro que em 2001 teve sua sede tombada como patrimônio cultural do município, mas que em virtude de sua invisibilidade, permanece no anonimato. E ainda que protegido por políticas de preservação, salvaguarda e valorização, determinadas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural local, a instituição segue desconhecida por grande parte dos sujeitos não-negros moradores da cidade.

Voltando à concepção a respeito do patrimônio como território,

entende-se patrimônio como “uma forma, entre outras de território”, pois delimita, na sociedade, um grupo distinto. É a lei desse grupo, e não qualquer critério de caráter universal, que determina a transmissão de bens econômicos ou de recursos (técnicos, simbólicos) no interior de uma comunidade específica, com traços autônomos. (SODRÉ, 2002, p. 53)

No caso do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, central no processo de construção de identidades negras positivas, a transmissão de bens simbólicos ocorre gradativamente e de forma geracional, visto que indivíduos negros que o frequentaram/frequentam, o fazem por intermédio de costumes familiares semelhantes a uma tradição; levou bisavós, avós, filhos, e hoje, netos a também se identificarem com o território negro em questão.

Reconhecendo a importância de apresentar um conceito chave no âmbi-

to das relações étnico-raciais aqui observadas e que dialogue com a proposta desse artigo no sentido de contemplar as especificidades de viveres racializados, as argumentações seguintes se organizam mediante o conceito de territórios negros, para que conexões entre o patrimônio aqui elencado sejam mais bem compreendidas. Sublinha-se que

os territórios negros são definidos a partir de relações de poder focada na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente, seja pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, mesmo que não de forma absoluta, seja pela presença de marcadores culturais e simbólicos. (NOGUEIRA, 2018, p. 9)

Essa classificação relativa a tais territórios fora elaborada por Azânia Mahin Romão Nogueira que, em sua dissertação de mestrado, construiu sua pesquisa sobre territórios negros em Florianópolis, estudo que levou a autora a investigar estes territórios a partir de sua construção conceitual e espacial, percebendo “o papel do fator racial na distribuição espacial dos negros” (NOGUEIRA, 2018, p. 9).

O trabalho de Azânia Nogueira apresenta uma discussão primorosa no que consiste ao entendimento da definição do conceito de territórios negros. Colocando a categoria raça no centro de suas análises, ao longo de todo trabalho, a autora faz um estudo de caso no bairro Monte Cristo, em Florianópolis e no anseio de remeter aos traços caracterizantes que podem vir a definir esses espaços, a pesquisadora traz a seguinte explicação;

os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pela qual essas pessoas se apreendem destes espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade, seja essa resistência engajada ou não. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando falamos de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no Brasil, pois não se trata de um processo de formar guetos em espaços brancos, mas do reconhecimento da multiplicidade do espaço e seu potencial político e social. (NOGUEIRA, 2018, p. 9)

Entendidos como espaços de identificação e resistência que se constituem em forma de reconhecimento negro, tais territórios se percebem dentro de uma lógica múltipla que é preservada e apreendida como um espaço dentro

do espaço. Desta maneira, é possível percebê-lo como um território visível que combinado a práticas e códigos culturais racialmente partilhados, proporcionam a sujeitos pretos e pardos não apenas o sentimento de pertencimento, mas a pertença em si.

Em diálogo com a noção de territórios negros apresentada, outro trabalho que aborda com maestria o assunto, aprofundando as particularidades associadas ao conceito, é de Daniele Machado Vieira, que elaborou sua dissertação de mestrado percebendo a dinâmica de territórios negros na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Concluído em 2017, tal estudo teve como objetivo a produção de uma cartografia dos espaços ocupados pela população negra na cidade ao longo dos tempos. Intitulado de *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*, sua pesquisa foi contemplada em 2018 com o Prêmio de Dissertação de Mestrado “Política e Planejamento Urbano” da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Em 2019 a autora recebeu uma Menção Honrosa de Dissertação do Prêmio Maurício de Almeida de Abreu.

Tecendo contranarrativas e após historicizar a negritude que compõe a cidade de Porto Alegre, apresentar a diferença entre espaço e território, partindo de Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva, dialogando com Raquel Rolnik e Ilka Boaventura Leite, Vieira estabelece que, em seu trabalho, território negro será concebido dentro da perspectiva de

espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes. (VIEIRA, 2017, p. 43)

Ao mesmo tempo que a autora ressalta aspectos simbólicos, desde a identificação com o espaço até a atribuição de significado, ela não restringe a definição de território negro a uma ou outra característica específica, mas busca evidenciar suas singularidades diante da pluralidade que os constituem.

Para ser concebido como um território negro, os significados atribuídos a este espaço devem estar relacionados não apenas às práticas consideradas negras (capoeira; batuque, umbanda e suas variações; samba; maracatu e suas variações),

mas, antes disso, à efetiva presença de pessoas negras neste espaço. (VIEIRA, 2017, p. 42)

Deste modo, pode-se compreender tais territórios como um espaço marcado pelo estabelecimento de relações socioculturais racializadas que têm como protagonistas sujeitos pretos e pardos, mas sem limitar a estes o ato de frequentar, se relacionar ou construir vínculos com demais sujeitos que o integram. Ou seja, “O que estamos concebendo como territórios negros nem sempre são espaços exclusivamente negros, mas nos quais a presença negra é uma questão central” (VIEIRA, 2017, p. 43).

Embasando-se nas considerações da autora, além da questão racial negro-centrada, o principal propósito desses territórios volta-se para o pertencimento e atribuição de sentidos e significados, pois é a partir desses elementos que as identidades negras se edificam e darão base para que outras relações mantenham a dinâmica dos espaços aqui pensados.

Assim, os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro. (VIEIRA, 2017, p. 42)

Tal modo de ser, estar e viver negro, pode ser percebido no Clube Literário e Recreativo 13 de Maio. Fundado em Ponta Grossa por negros recém-libertos no ano de 1890, teve sua sede patrimonializada em dezembro de 2001 e de modo esporádico realiza atividades que envolvem samba, pagode, feijoadas, concursos de carnaval e jantares dançantes. Além de entendê-lo como um território negro, será tratado também como um patrimônio negro que ao longo dos anos tornou-se ainda um lugar de memória negra.

A centralização das experiências pretas e pardas ponta-grossenses em espaços urbanos se concentravam e ainda se concentram em lugares que se organizam, ou tem como atividade central, o samba ou o pagode. Mas nem todos os ambientes que realizam eventos com essa temática são territórios negros, muito pelo contrário. Alguns são estabelecimentos comerciais que contam com um público racialmente variado. Nestes, a presença negra é significativa e há

a relação de pertencimento com o gênero musical, mas não uma produção de sentidos e pertencimento ancestral com o espaço, por exemplo.

Outro ponto que deve ser frisado em relação à classificação ou não de um espaço na qualidade de território negro é a intencionalidade de criação ou a maneira a qual assim fora constituído, haja vista que há territórios negros que foram criados para serem assim definidos ou só fazem sentido se assim forem percebidos; já outros territórios negros se construíram negros ao longo dos anos.

Ainda em amadurecimento, sobre essa complexa argumentação do *tornar-se* um território negro, talvez possa-se pensar nas comunidades quilombolas remanescentes da Colônia Sutil e Santa Cruz, hoje territórios negros rurais ponta-grossenses, mas que no passado eram uma fazenda pertencente a Maria Clara do Nascimento. Herdeira e possuidora de muitos escravos, falecera em 1854, deixando em testamento metade da fazenda como herança para alguns deles. Após a fazenda tornar-se propriedade dos ex-cativos, novas relações com o espaço foram se desenhando e diferentes atribuições de sentidos, nesse caso associadas à liberdade e não ao cativeiro, foram estabelecidas.

As comunidades negras rurais mencionadas são desconhecidas por parcela significativa de cidadãos ponta-grossenses, o que não é de se espantar, visto que a narrativa acerca da inexistência de escravidão na cidade é uma realidade difundida, o que não impede de descrevê-las como patrimônios negros locais. O fato de estarem localizadas em âmbito rural faz com que sejam menos vistas e conseqüentemente, menos lembradas. Porém, essa máxima não é uma regra, já que o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio se situa no centro do município e ainda assim conta com uma invisibilidade histórica incontestável.

Há territórios e patrimônios negros em Ponta Grossa que, quando evidenciados, colaboram para a desconstrução de narrativas eurocentradas pautadas na valorização exclusiva de práticas socioculturais brancas. A cidade conta com mais de 20% de sujeitos pretos e pardos autodeclarados, segundo o IBGE (2010), e a maior parte destes mantém ou mantiveram vínculos com o clube destacado, seja como associado, participante, convidado ou visitante. Tal território mantém-se ativo desde 1890 e já contou com diversos eventos, desde concursos de beleza negra até atividades pensadas na valorização da leitura.

O exercício de refletir sobre o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio na ótica de um patrimônio negro foi articulado a partir das problematizações

propostas por Joel Rufino dos Santos que, em seu texto *Culturas Negras, civilizações brasileiras* (1997), traz uma discussão com viés histórico-cultural sobre a influência negra em várias esferas e relações cotidianas consolidadas no país. Para o historiador e ativista “negro seria, pois, um dos nomes da nossa diferença; e patrimônio afro-brasileiro o conjunto de bens físicos e simbólicos que nos individualiza” (SANTOS, 1997, p. 1). A objetividade dessa classificação remonta à difícil tarefa de problematizar tais patrimônios sem reconhecer quais fatores de singularidade o fazem serem assim considerados.

Uma das informações que pode ser levada em conta na hora de refletir sobre a compreensão desses patrimônios historicamente racializados é percebê-los como traços de originalidade e/ou autenticidade, pois “para demarcar o patrimônio afro-brasileiro, bastaria, portanto, excluir o que em nós é pose ou imitação” (SANTOS, 1997, p. 1). Trabalho de observação delicado, já que o processo escravista fez o desserviço de diluir traços culturais negros originários, contribuindo para que etnias fossem fragmentadas, costumes dizimados, religiões reconfiguradas e humanidades destituídas.

A desconstrução gradativa de patrimônios negros imateriais, que teve início já na travessia do Atlântico, não pode ser corrigida, mas o cuidado, preservação e salvaguarda, podem, sim, dar um novo rumo às políticas de memória e educação patrimonial no que consiste principalmente ao cumprimento da lei 10.639/2003, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

A lei 10.639 promulgada em 2003 é direcionada às instituições públicas e privadas, devendo ser conteúdo em todas as disciplinas. O fato de ter a História como uma das áreas mais visadas para sua aplicação não restringe a esta a responsabilidade de cumprir a lei de modo isolado e solitário.

A História é, sem dúvida, enquanto campo disciplinar, uma seara capaz de tornar inteligível processos sociais passados e presentes, o que faz do ensino de História um terreno promissor para semear revisões e (des)construções de narrativas, ou seja, “o ensino de História precisa superar a ideia de construção de uma identidade nacional durante muito tempo preconizada. Em nome do Estado brasileiro culturas foram sendo invisibilizadas e outras foram tomadas como hegemônicas” (VARGAS, 2016, p. 34).

Partindo da concepção que coloca a História como um dos múltiplos campos de possibilidades e contestações no cerne da educação das relações étnico-raciais, “ao ensino de História cabe a apropriação de uma paisagem decolonial” (VARGAS, 2016, p. 97). Na sequência, busca-se explorar a noção/conceito de patrimônio, a fim de conectá-lo às discussões atreladas ao dever de memória e ao lugar dos patrimônios difíceis nesse compromisso tão reparador quanto político.

Conforme já fixado, busca-se nesse artigo apontar diálogos viáveis e conexões possíveis que contemplem a necessidade do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira em um cenário etnicamente arranjado, mas com uma resistência negra centenária, e, a partir de um patrimônio negro pontá-grossense, problematizar outro elemento que também será tratado como um patrimônio, imaterial, capaz de construir e desconstruir identificações, referência à memória negra coletiva, que durante séculos foi um dos únicos aspectos, em grande parte graças à oralidade, que garantiu a perpetuação e reprodução de culturas afro-brasileiras que, mesmo esmigalhadas, se fizeram vivas.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O *déficit* que acompanha o campo da educação patrimonial no Brasil é uma realidade que reflete a cultura política do país e a maneira que governantes e líderes políticos veem e tratam do assunto. No que consiste aos patrimônios difíceis, a educação patrimonial deveria passar também pelos trilhos da racialização, haja vista a necessidade de perceber, sobretudo patrimônio negros, como o assinalar da resistência, persistência e existência negra cotidiana, que evoca responsabilidade civil pública do que é inesquecível, mas não irreparável.

Voltando aos aportes teóricos que sustentam esse texto e recorrendo novamente a Joel Rufino dos Santos, argumentações seguintes estão direcionadas para a problemática patrimonial na expressão mais ampla do conceito. Sobre isso e se apropriando de explicações metafóricas,

Aloísio Magalhães, que elevou a reflexão sobre o patrimônio a um patamar superior àquele em que a deixara Mário de Andrade, costumava usar a metáfora do bodoque: um impulso para a frente necessita de um empuxo para trás. Quando é

que um bem se torna patrimônio? Não basta ser antigo, tradicional, histórico – este é o empuxo do bodoque para trás. É preciso que o bem atinja adiante, se arremesse de encontro ao indevassável que chamamos futuro. Este é o impulso do bodoque para a frente. Dessa definição decorrem as duas características básicas de um bem de patrimônio: pertinência no espaço e duração no tempo. (SANTOS, 1997, p. 4)

A resposta para o questionamento elencado engendra uma dinâmica que coloca o patrimônio como um elo capaz de sinalizar temporalidades distintas, mas ainda assim despertar sentidos em diferentes períodos e dispender de uma importância simbólica atemporal.

Em meio a exemplos palpáveis e indagações bastante críticas, Joel Rufino dos Santos pontua que seria inaceitável o Brasil chegar ao fim do século com a primitiva ideia de patrimônio a preservar: o monumento histórico de pedra e cal. Para ele, “o patrimônio é um ente de civilização e não de cultura, sobretudo na sua feição de patrimônio nacional” (SANTOS, 1997, p. 4). Essa explicação implica em considerar processos e acontecimentos comuns que dão vida aos patrimônios e as relações que se entrelaçam como referencial identitário de sujeitos reais.

Outra dimensão a ser observada acerca da natureza dos patrimônios difíceis é a capacidade geracional e transgressora que os constituem, pois suas existências ultrapassam limites temporais e são capazes de denotar inflexões a respeito de certos vazios históricos que, até então, só serviram para tecer historiografias hegemônicas bordadas pelos *fiões das memórias* brancas, masculinas e heteronormativas.

A memória é entendida aqui como um aspecto formador de processos identitários, percebida como uma categoria capaz de mobilizar lembranças e recordações historicamente situadas. Marcada por uma dimensão política de cunho individual ou coletivo, público ou privado e de abrangência temporal transitória, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 424).

Vista sob o prisma de um campo de disputas permeado por múltiplas relações poder, negociações e interdições, “a memória está intimamente rela-

cionada ao próprio processo de construção da identidade, de autorrepresentação. Ao acioná-la, indivíduos e grupos negociam suas identidades, seus valores, seus desejos e seus projetos de vida” (VASSALO, 2015, p. 336), compreendida neste caso como um instrumento de afirmação e reivindicação nas tramas históricas que delinham presente e passado. Ao encontro de Simone Vassalo, Lucilia de Almeida Neves argumenta que

considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma interrelação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas. (NEVES, 1999, p. 3)

De acordo com José Reginaldo Gonçalves, “a própria ideia de um passado ou de uma memória como um dado relevante na construção das identidades pessoais e coletivas pode ser pensada como uma invenção moderna e que data de fins do século XVIII” (GONÇALVES, 1988, p. 267). Ainda segundo ele, “o passado nacional é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva presente” (GONÇALVES, 1988, p. 267).

A percepção de memória como um vetor de identificações é substancial para entendê-la como uma das muitas facetas definidoras do patrimônio cultural, material ou imaterial. “Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis. Através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Antes de aprofundar explicações conceituais referentes aos patrimônios culturais, é importante frisar que a concepção de patrimônio cultural aqui priorizada pauta-se primeiramente em produções humanas socialmente valoradas. Palpáveis ou não, tangíveis ou intangíveis, tais bens podem ser entendidos como aqueles idealizados, praticados, produzidos e construídos por determinados indivíduos, grupos ou comunidades que imprimiram neles traços de suas vivências cotidianas que resistiram ao tempo e a mudanças mais profundas, preservando suas simbologias e tradições históricas. Nesse sentido, “o patrimônio é visto assim como um meio de restabelecer os vínculos com essa tradição” (GONÇALVES, 1988, p. 272). Tais vínculos são estruturantes para os processos de pertencimento e reconhecimento de uma cultura, povo ou nação.

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, ente mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2003, p. 27)

A mera contemplação acrítica de um patrimônio é conflitante com a intencionalidade das políticas de patrimonialização, pois não atribui a este seu real significado de (trans)formação, deixando em segundo plano as potencialidades, singularidades e especificidades que o fizeram histórico para sujeitos que foram por ele transformados.

Nessa esteira, a natureza contestatória e reflexiva dos patrimônios difíceis colabora para que tais bens sejam problematizados e (re)significados em ambientes escolares, onde memórias difíceis podem ser (re)vistas e, no caso das memórias negras, podem ser percebidas como uma realidade pré-existente e substrato da luta antirracista.

Ainda hoje, apesar da resistência de docentes comprometidos(as) nas escolas e da lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 – que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” –, essa construção da memória e do legado da população negra tornou-se parte de um projeto racista que folclorizou seu passado, despolitizando as realidades históricas de ações de solidariedade e de conflitos experimentados ao longo dos séculos. Apagaram rostos e trajetórias fundamentais para que negros e negras de hoje entendessem que seus “passos vêm de longe”. (NASCIMENTO; SANTOS, 2020, p. 7)

O projeto racista brasileiro que mitificou culturas negras, demonizou religiões de matrizes africanas e visou a diluição do fenótipo negro, por meio da exaltação da miscigenação e políticas de branqueamento no século passado, atingiu todos os segmentos da vida de sujeitos pretos e pardos, afetando também o campo da memória, uma das poucas referências que a população negra brasileira tinha como aliada no tocante às construções de identificações.

Os desdobramentos da memória como instrumento de poder no tempo presente tem sido pauta das reivindicações que eclodiram juntamente com o

movimento *Black Lives Matter*, que emergiu nos Estados Unidos no ano de 2013 a partir da iniciativa de mulheres e que ecoou em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Impactando também em Ponta Grossa, onde diferentes vertentes do Movimento Negro local se reuniram juntamente à fundação municipal de cultura e realizaram atividades *online* a fim de delinear reflexões sobre o tema.

Após construir toda uma narrativa ao redor de uma festa típica alemã (*Münchenfest*), a cidade do interior aqui tratada conta com uma população estimada de 355.336 habitantes e raramente admite que há uma presença negra em sua dinâmica cidadina. Contudo, de modo gradativo, passa a abrir espaço para que a temática racial negra seja posta em pauta. Inclusive, em dezembro de 2018 foi fundado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR-PG). Porém, umas das coisas que ficou mais evidente com a criação dessa instituição foi a falta de informação de alguns membros da entidade sobre os processos históricos que envolvem as culturas negrocentradas na região, o que faz pensar nos efeitos da colonização como o amálgama edificante do “racismo historiográfico” (REIS, 2010), que atinge tanto a branquitude, quanto a negritude. Pois há em Ponta Grossa indivíduos negros que costumam acreditar em desigualdades econômicas com recortes raciais. São adeptos da meritocracia e criticam políticas afirmativas de cotas raciais. Realidade contraditória, mas válida para ilustrar as heterogeneidades das experiências pretas e pardas na cidade.

Na sequência, busca-se apresentar como se deu o processo de tombamento do prédio-sede do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, e a partir desse território negro convidar a refletir sobre diferentes modos de relacionar o respectivo patrimônio difícil ao ensino de História e cultura africana e afro-brasileira como uma das incontáveis formas de garantir o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, evidenciando memórias até então negligenciadas.

Reiterando que, além dos professores de História, “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1990, p. 477). Orientação que denota não só a função social da memória como a inscreve na ótica da interdisciplinaridade.

PATRIMÔNIO E LUGAR DE MEMÓRIA

Documentado ao longo 178 páginas, o processo de tombamento do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio aconteceu em 2001 durante a gestão do prefeito Péricles Holleben de Mello, indivíduo que já vinha reivindicando essa ação de salvaguarda para a instituição desde 1993, quando ainda vereador. Segundo jornal local,

Péricles anuncia a intenção de apresentar, no mês de agosto, após o recesso parlamentar de julho, projeto de lei, objetivando a criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico de Ponta Grossa, dando ao Município autonomia para preservar suas próprias edificações. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1993, s. p.)

Sobre as fontes que compõem o documento de tombamento do território negro local, foram assim anexadas: termo de abertura do processo, ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural assinada por dez pessoas, capa do Estatuto do clube, breve descrição da entidade explicando desde seu processo histórico, disposição do espaço da sede até uma cronologia sobre esta, assim como algumas imagens, recortes de jornais, duas páginas esparsas do primeiro estatuto, notícias que visavam a ação de tombamento, justificativa do setor de patrimonialização, além do inventário, contendo a planta do prédio e apresentando suas características físicas.

Também fora anexado um projeto da arquitetura da sede, documentos de ordem burocrática, matrículas do imóvel, registro de penhora do prédio, editais de notificação e convocação para sessão de tombamento preliminar do clube, termos de juntada e avisos de recebimentos das notificações. Imagens digitalizadas e uma sintética biografia de um dos fundadores do clube, Lúcio Alves da Silva, também se fizeram presentes no compilado de fontes, juntamente com outros fragmentos de jornais, parecer da comissão técnica e convocação para a sessão pública de tombamento que aconteceu no dia 4 de dezembro de 2001.

Embora tenham sido apresentados de modo deslocado, no decorrer do documento o conselho também inseriu os dois estatutos que a instituição registrou em cartório, um datado de 1920 e outro de 1975. Algumas fotografias da fachada do clube e das reuniões que discutiram a ação de patrimonialização deram consistência ao processo de tombamento.

A última disposição de fontes refere-se à digitalização da inscrição do patrimônio no livro tomo, seguida de um ofício apresentando mais imóveis tombados no município, cadastro técnico da sua sede, ofício de solicitação para a reforma do prédio, orçamentos, projeto de revitalização do clube, pauta da reunião que discutiu sobre a possibilidade de reforma da instituição, nova ata corrigida, contemplando as deliberações oficiais da política de salvaguarda, e, por fim, um documento que, aparentemente, seria um projeto que embasou o tombamento do território negro problematizado, visto que conta com discussões teóricas, categorias de tombamento, intenções, desdobramentos, características físicas do prédio, legislações federais, estaduais e municipais.

A ação de patrimonialização do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio inicia com a seguinte justificativa de setor:

Esta construção, localizada à esquina das ruas Theodoro Rosas e Gal. Carneiro, tem uma presença importante na paisagem onde está inserida, que é uma área residencial, cuja escala é semelhante à do edifício, que tem apenas 1 pavimento. A cobertura é de várias águas, de telhas francesas, embutida na platibanda. É difícil definir o estilo arquitetônico do edifício, que possui um chanfro ornamentado, posterior à construção, o que leva a crer que a mesma é produto de um modo completamente popular e espontâneo de construir. (COMPAC, 2001, p. 19)

De cunho técnico e voltada para as especificações da estrutura do imóvel, a justificativa do setor evidencia as características do prédio e situa seu papel no conjunto paisagístico de seu entorno. Logo adiante, no parecer da Comissão Temática, encontra-se a afirmação de que “o terreno onde foi edificado o “Clube 13 de Maio”, fica na Rua General Carneiro, antigo Bairro Corrientes e foi adquirido pela Irmandade do Rosário no Século XIX” (HILGENBERG apud COMPAC, p. 61). Informação bastante frágil, pois há no acervo particular do clube um documento de 1974 que trata de uma negociação ocorrida em 1921 e registrada em cartório 1935 sobre uma escritura particular de compra e venda do terreno atual, onde a parte adquirente foi a Sociedade 13 de Maio e os transmitentes José Domingues Garcia e sua esposa. Diante disso, “se a suposta doação de fato ocorreu, pode estar relacionada a uma das primeiras sedes do clube, visto que a instituição passou por quatro locais antes de fixar-se no endereço atual” (SANTOS, 2020, p. 98).

Além de remontar que a fundação do clube foi uma iniciativa de um

grupo de jovens negros recém-libertos no ano de 1890, o conselheiro Relator do Processo de Tombamento, Paulo Hilgenberg, descreve parte da dinâmica do território negro patrimonializado:

Necessário esclarecer que a denominação do Clube deve-se em primeiro lugar a homenagem feita à data da assinatura da Lei Áurea. Literário, face destinar-se a sócios de origem ou descendência africana, os quais na maioria, por circunstâncias alheias as suas vontades, não possuíam instrução. Daí a criação de uma valiosa biblioteca, com a finalidade de ensiná-los e instruí-los. Segundo informações essa Biblioteca foi desativada na década de trinta. Recreativo porque suas atividades de fins de semana eram diversificadas, com bailes, apresentação de bandas e orquestras, bem assim reuniões de poetas, escritores e músicos. (HILGENBERG apud COMPAC, 2001, p. 62)

Sobre a nomenclatura da entidade, sabe-se que não foi uma escolha deslocada dos idealizadores do clube, tampouco isolada, uma vez que há vários outros clubes negros que fazem referência à assinatura da Lei Áurea, Princesa Isabel ou ao próprio dia do feito em suas denominações. Nesse sentido, “uma questão crucial é pensar como as festas ficaram registradas na cultura histórica da abolição e como serviram para a construção de uma memória a respeito da própria comemoração e dos sujeitos da Abolição” (MORAES, 2018, p. 107).

Nessa perspectiva, não cabe mais o argumento anacrônico que relaciona tal data única e exclusivamente a uma visão equivocada de representação piedosa e/ou desprovida de influências econômicas de ordem global, tampouco questionamentos acerca disso, uma vez que há nesse dia uma simbologia negra potencial que conecta esforços ancestrais de libertação, ansiados desde o aportar do primeiro navio negreiro em continente americano. “Desse modo, os aniversários da abolição serviram para preservar uma memória de liberdade conquistada através da lei, sendo também um local de disputa política e social” (MORAES, 2020, p. 41).

Voltando ao relato da Comissão Temática que embasou a patrimonialização tem-se o seguinte parecer do relator:

levando em consideração o histórico, a documentação, os depoimentos e fotografias juntadas e principalmente o fato de possuímos em Ponta Grossa, em atividade, um Clube fundado no final do Século XIX, com inúmeras dificuldades, muita

luta, muita garra, por parte de seus jovens fundadores, a admiração e respeito que dedico ao seu quadro de Sócios e as Diretorias que o conduziram, represento pelo seu imediato Tombamento. (HILGENBERG apud COMPAC, 2001, p. 63)

Analisar toda a movimentação que levou ao processo de tombamento do clube possibilita refletir sobre o questionamento do filósofo e sociólogo Henri-Pierre Jeudy, que, em seu texto *A maquinaria patrimonial* (2005), explana que

ainda se ouve falar que a conservação patrimonial assegura, de alguma maneira, o trabalho de luto. Trabalho que se torna necessário para que possamos suportar o desaparecimento. Bastaria conservar tudo para que a mente se mantivesse tranquila? A conservação patrimonial se encarrega do depósito das lembranças e nos libera do peso das responsabilidades infligidas à memória. A profusão de locais de memória oferece uma garantia real contra o esquecimento. (JEUDY, 2005, p. 15)

Pode-se dizer que o fragmento teórico trata da preservação patrimonial como um compromisso com a memória como reação a um esquecimento previsto. Diante disso a patrimonialização é desenhada como um fazer compensatório capaz de responder às mais variadas formas de aniquilamento. Assim,

as estratégias da conservação caracterizam-se por um processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro. (JEUDY, 2005, p. 19)

Políticas de patrimonialização e a necessidade de olhar-se no espelho ressaltam a natureza reflexiva dos patrimônios e denotam como a sociedade que os constituem o percebem e se percebem a partir deles.

O sentido mais corrente atribuído à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas. A dinâmica de seu objetivo político e social vem de uma resistência que se manifesta pela consagração cultural dos

vestígios da história contra os riscos de desestruturação. O processo de reflexividade, que incita toda estratégia patrimonial, consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade. (JEUDY, 2005, p. 19-20)

Para além do potencial simbólico atribuído ao Clube Literário e Recreativo 13 de Maio por seus participantes e membros internos, com base nos argumentos de Jeudy (2005) observa-se a complexidade de perceber este território negro como um espelho da cidade, já que após 2001 sua visibilidade só veio a reduzir-se. É como se tal política de salvaguarda estivesse voltada para a não-demolição do prédio e não para a preservação da sede em si.

Por outro lado, não há como desconsiderar o impacto dessa iniciativa patrimonial como uma conquista para a população negra local que não só considera o clube como *um espelho de si* como o compreende como um ponto de referência identitário responsável pela existência de memórias individuais e coletivas. Nessa perspectiva, “Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos” (POLLAK, 1989, p. 3).

Para Halbwachs a memória individual não está inteiramente isolada e fechada.

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1990, p. 54)

Os pontos de referências da população negra ponta-grossense são memórias racializadas, práticas socioculturais negrocentradas e o próprio Clube 13 de Maio, que além de um patrimônio negro, é ainda um lugar de memória para seus participantes.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são

naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. (NORA, 1993, p. 13)

Para Pierre Nora, os lugares de memória apresentam sentidos materiais, funcionais e simbólicos, podendo ser classificados como “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 13). Sobre estes, há uma variedade de lugares que possuem histórias revisitadas através de lembranças acessadas e (re)significadas por intermédio da memória. Ou seja, “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p. 3).

Dotados de certa materialidade, os lugares de memória são, sobretudo, campos de experiências sociais capazes de conectar lembranças individuais e coletivas, e dependendo de sua agência, desempenham funções de pontes identitárias, com diferentes ramificações capazes de oferecer novos *pontos de referências* e, conseqüentemente, outras narrativas históricas. Que podem ser experimentadas sob a égide das reconfigurações que norteiam o ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui versar sobre um patrimônio negro coadjuvante na história de Ponta Grossa, inscrevendo-o como um agente capaz de sinalizar para outras vivências e territórios negros locais, rurais e urbanos que, se problematizados no domínio de práticas educativas emancipadoras e reivindicatórias, oferecem ferramentas e possibilidades de reflexões inúmeras na luta antirracista. Assim,

não se trata de construir uma História separada para os negros no Brasil, mas sim introduzir e inter-relacionar as diversas histórias dos afro-brasileiros em meio a histórias locais, regionais e nacional. O resgate destas histórias, e as possibilidades de trabalho inclusivo são ilimitadas e podem ser um caminho profícuo para a superação de estereótipos que fraturam identidades negras e deixam margem para as mais perversas discriminações. (FERREIRA; MÜLLER, 2015, p. 736)

Desafio este que compete ao ensino de História e que pode ser gradativamente superado se professores e educadores partirem de um fazer histórico decolonial, considerando a premissa de que “ensinar História é uma decisão social e política de uma sociedade” (CERRI, 2011, p. 64). Assim como sua respectiva postura e engajamento frente a políticas de valorização de memórias racializadas que, até então, foram ignoradas, homogeneizadas e reduzidas ao limite do exótico.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 56-63.
- BERETA DA SILVA, Cristiane. In: GONÇALVES, Janice (org.). *História do tempo presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 117-140.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino fundamental e médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 19 out. 2020.
- CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 6 (2), inverno 2001, p. 93-112.
- CERRI, Luís Fernando. Cartografias temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v. 36, n.1, jan./abr., 2011, p. 59-81.

- CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (COMPAC). *Processo de tombamento do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio*. 001/2001. Ponta Grossa: Fundação de Cultura, dez., 2001, 178p.
- DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 113-122.
- DIÁRIO DA MANHÃ. *Política*. 1993. Documento físico. Disponível no Acervo da secretária municipal de cultura.
- FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. O ensino de História no ensino médio e as relações raciais: para além da lei nº 10.639/2003. *Educere Et Educare*. Cascavel: UNIOESTE, v. 10, n. 20, jul./dez., 2015, p. 729-740.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. I, n. 2, 1988, p. 264-275.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 21-29.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- IBGE. *Cidades*. Estimativa_2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ponta-grossa.html>. Acesso em: 29 set. 2020
- IBGE. *Variável população residente em Ponta Grossa: Censo 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 16 set. 2020.
- JEUDY, Henri-Pierre. A maquinaria patrimonial. In: *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 13-78.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MORAES, Renata Figueiredo de. A festa da abolição do 13 de maio – comemorações, identidade e memória. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana (orgs.). *Cultura negra* (vol. 1). Festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018, p. 107-133.
- MORAES, Renata Figueiredo de. A república e as festas da abolição: resistência e liberdade no pós-abolição In: Memória e legado das resistências negras. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: O Arquivo, v. 1, n. 1, jan./jun., 1986. p. 40-62.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória e história: substratos da identidade. In: XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1999, Florianópolis. Anais História: Fronteiras. São Paulo: Humanitas, 1999, p.1062-1070.

- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. *Territórios negros em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. 137p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193680/PGCN0690-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2020.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. *Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 256p. 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062010-170750/publico/FabioPintoReis.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.
- SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Apresentação. In: Memória e legado das resistências negras. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: O Arquivo, v. 1, n. 1, jan./jun. 1986, p. 7-10.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Culturas negras, civilizações brasileiras. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN/MinC, 1997, p. 4-9.
- SANTOS, Merylin Ricieli dos. Das lembranças que contei às histórias que esqueci – Clube Treze de Maio de Ponta Grossa (1888-2012). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (orgs.). *Pós-abolição no sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Saggá, 2020, p. 93-117.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- VARGAS, Karla Andrezza Vieira. *Vozes, corpos e saberes do maciço: memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do maciço do Morro da Cruz*. Dissertação (Mestrado em História). FAED, UDESC. Florianópolis, 2016. 121 p. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2374/dissertacao_karla_final__1_.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.
- VASSALO, Simone. Identidade negra, cidadania e memória: os significados políticos da capoeira de Angola contemporânea. *Intersecções*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 13 n. 2, dez. 2011, p. 334-350.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. 189p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177570/001065835.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 29 out. 2020.

NOTA

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

Artigo submetido em 30 de outubro de 2020. Aprovado em 8 de fevereiro de 2021.